



PARTIDO NOVO

TERMO DE COMPROMISSO DE ATUAÇÃO LEGISLATIVA

brasileiro(a), portador(a) do CPF nº _____, do título de
eleitor nº _____, zona eleitoral nº _____, seção
nº _____, firmo o presente compromisso:

TÍTULO I – PRINCÍPIOS

Art. 1.º - Transparência, coerência, ética, mérito e eficiência são princípios do NOVO e devem ser observados por todos.

Art. 2.º - Esse termo estabelece os princípios e as regras disciplinadoras do Compromisso de ATUAÇÃO LEGISLATIVA dos candidatos e mandatários do Partido NOVO (“NOVO”).

Art. 3.º - Sem prejuízo do disposto no Estatuto, programa, termo de Compromisso Partidário, Código de Conduta ou das normas, resoluções e decisões emitidas pelos Diretórios do NOVO e legislação vigente, o disposto nesse compromisso deve ser conhecido e observado por todos os candidatos e mandatários do NOVO.

TÍTULO II - DISCIPLINA PARTIDÁRIA

Art. 4.º - Esse compromisso é condição essencial para o exercício de mandato eletivo para o poder Legislativo e vincula:

I - o candidato a cargo eletivo que concorrer pelo NOVO;

II – mandatários do NOVO

III - mandatários no cumprimento de mandato eletivo no poder Legislativo que migrarem para o NOVO;

IV - o suplente que assumir mandato no poder Legislativo;

Parágrafo Único - A violação desse compromisso configura indisciplina partidária.

Art. 5º. - O titular ou suplente que, durante o exercício de seu mandato, assumir chefia do Poder Executivo estará, obrigatoriamente, vinculado também ao termo de compromisso de gestão.

TÍTULO III – ESTRATÉGIA POLÍTICA

Art. 6º. - A estratégia de participação do NOVO em eleições será determinada pelo Diretório Nacional do NOVO, ou por outro órgão por este indicado, que definirá os Municípios e locais onde o partido irá concorrer e lançar candidaturas.

Parágrafo Único - A estratégia política de participação em eleições obriga todas as instâncias partidárias bem como os filiados e mandatários do NOVO.

CAPÍTULO I - ATUAÇÃO

Art. 7º. - Todos os mandatários do NOVO se comprometem a cumprir, durante o exercício do mandato eletivo, as seguintes exigências de atuação:

I - Estabelecer planejamento e metas, tão mensuráveis quanto possível, para reduzir o uso de recursos públicos, extinguindo privilégios, assessorias, verbas de gabinete e outros benefícios dispensáveis;

II - Instituir, propor e apoiar projetos de lei e outros tipos de medidas que tenham por objetivo a extinção, diminuição ou simplificação da burocracia, da ingerência do poder público sobre o privado, e a diminuição da carga tributária;

III - Instituir, propor e apoiar ações que viabilizem a transparência pública e informações sobre arrecadação de receitas, alocação de recursos, pagamentos e contratos do Poder Legislativo;

IV - Instituir, propor e apoiar medidas que incentivem e garantam as liberdades individuais, o empreendedorismo, a livre concorrência e, sempre que possível, a transferência de atividades exercidas pelo poder público para o setor privado;

V - Propor, defender e propugnar medidas que visem a efetiva descentralização fiscal, política e administrativa do país, a fim de aumentar as matérias legislativas de cunho eminentemente estadual e diminuir os temas de competência legislativa da União, visando a implementação de um Estado efetivamente federativo, que respeite as diversidades regionais e os interesses do cidadão.

VI - Votar contra projetos ou medidas que tenham por resultado prático a criação, aumento ou manutenção da burocracia e ingerência do poder público na vida dos cidadãos;

VII – Votar contra projetos ou medidas que crie empresas públicas ou controladas pelo poder público;

VIII - Fiscalizar de forma contínua o chefe do Poder Executivo, seus secretários e subordinados para que respeitem os princípios do direito administrativo de transparência, legalidade, publicidade, moralidade administrativa e eficiência;

IX - Fiscalizar as ações dos entes administradores impedindo a majoração da dívida pública;

X - Comparecer com assiduidade nas seções e em seu gabinete;

XI - Atuar de forma firme e educada no exercício do mandato.

Parágrafo Único - É vedado ao mandatário firmar alianças ou compromisso de qualquer natureza, com partidos, parlamentares, entes políticos ou da sociedade civil ou qualquer outra instituição sem a anuência prévia e comprovada do Diretório Nacional do NOVO.

TÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS



Art. 8.º - O presente Termo tem efeito imediato após sua assinatura pelo filiado, detentor ou não de mandato, e encerra sua vigência no término da eleição disputada - para o filiado que não for eleito - ou no fim do exercício do cargo de titular ou suplente do Poder Legislativo para o qual tenha sido eleito.

Art. 9.º - O mandatário se obriga a enviar ao NOVO, a cada três meses, contados de sua posse, um relatório sobre suas atividades.

Art. 10.º - As disposições contidas no presente termo poderão ser acrescidas ou alteradas, pelo Diretório Nacional do NOVO, para adequações e atualizações.

São Paulo - SP, 08 de março de 2016

Nome do Compromissado

1ª testemunha: _____ CPF _____

2ª testemunha: _____ CPF _____